



Tenham medo do que aí vem

Osvaldo Cabral osvaldo.cabral@diariodosacores.pt

bateu tanto no fundo como nos últimos meses.

Estamos a viver um momento histórico de desgovernação nunca visto: não temos governo em Lisboa, não há governo na Madeira e, nos Açores, foi derrubado há dois meses.

Um cenário político desta natureza só tem uma explicação: as instituições políticas estão cada vez mais frágeis, os políticos estão cada vez mais radicalizados e os cidadãos cada vez mais cansados.

No meio desta profunda crise, com forte impacto na credibilidade política, só uma corrente beneficia com tudo isto: o populismo.

Escrevam o que se vai passar nas 4 eleições que temos à vista este ano: os partidos populistas são os únicos que vão escalar no número de votos e André Ventura, quer queiram quer não, é muito bom a retirar dividendos da chafurdice em que se tornou a política

Ele sabe fazê-lo com eficácia e inteligência, aliado ao mérito da realidade política portuguesa, negligente e pouco séria, dar-lhe razão e argumentos para arregimentar os portugueses descontentes com a corrupção que grassa em quase toda a parte.

Se os partidos verdadeiramente democráticos não tiverem argumentos convincentes para contrariar o populismo, o fogo que vai ardendo na política portuguesa vai alastrar-se para as nossas

O mais grave é que os partidos tradicionais e seus líderes são os primeiros a entregar de bandeja os argumentos e o combustível que o líder do Chega precisa para mobilizar os descrentes, os zangados com o sistema e os que deixaram de seguir o cinzentismo das forças políticas tradicionais.

Há muito tempo que os partidos deveriam promover alterações ao sistema, nomeadamente o eleitoral, de forma a aproximar mais os cidadãos à participação cívica e blindar as escolhas dos protagonistas políticos.

O poder de escolha em Portugal está demasiado concentrado nos aparelhos dos partidos, que negligenciam numa bitola muito baixa de exigência junto dos escolhidos.

É preciso retirar este poder absoluto aos aparelhos dos partidos e entregá-lo aos militantes e cidadãos.

Precisamos, urgente, de círculos uninominais, para sermos nós, cidadãos, a escolher directamente os nossos representantes.

A responsabilidade de cada um dos escolhidos seria muito maior e o escrutínio popular também.

O que temos assistido, ao nível dos partidos, é um fazer de conta que querem mudar o estado de podridão das coisas, mas é tudo um teatro político que acaba sempre por voltar ao princípio.

Sabem quando foi a última vez que os partidos, nos Açores, se juntaram para encontrar consensos com vista a mudar alguma

Fez na passada semana oito anos - 8 anos! - que o PS, liderado por Vasco Cordeiro, convidou os partidos para debater a "Reforma da Autonomia" num hotel de Ponta Delgada, onde todos concordaram que alguma coisa tinham de ser feita.

Sabem quantas propostas conjuntas saíram desta procura de consensos?

Zero!

A chamada "Reforma da Autonomia", que era o expoente máximo dos partidos, está a marinar no parlamento regional há quase uma década e nada foi alterado no sistema caduco e desadequado que nos rege.

Previ, naquela altura, que era isto que ia acontecer, ou seja, que tudo continuaria na mesma.

Escrevi, então, o seguinte:

"A reforma da Autonomia é tão importante que não pode ser confinada a quatro paredes de um hotel.

Se a pretensão dos partidos é, mais uma vez, transformar um desígnio das nossas vidas a uma mera negociação entre profissionais da política, então temos todos os ingredientes para tudo culminar numa grande borrasca.

Os partidos não se podem julgar donos da Autonomia, nem

A credibilidade da política e dos políticos em Portugal nunca tão pouco colocarem os seus aparelhos a substituírem a reflexão democrática que se impõe na sociedade açoriana.

É isto que tem afastado os cidadãos da política, a descredibilizar a política e a olhar cada vez mais para a classe política como um "acessório" que vive longe da realidade das pessoas.

Esta discussão tem que atravessar toda a sociedade e envol-

ver o máximo da cidadania possível.

Tem que sair dos muros dos hotéis, das paredes dos partidos, dos corredores dos palácios, dos gabinetes do parlamento e do formalismo bacoco que os políticos gostam de impor nesses momentos, teimando em não sair do mofo tradicional que exalámos há anos.

O povo está farto de formalismos".

E acrescentava:

"O mais provável é que não queiram ouvir o que o eleitorado tem para dizer.

Há coragem, por exemplo, para saber se a população quer este número de deputados?

Há coragem para saber se o eleitorado açoriano prefere este

sistema de votar em partidos em vez de pessoas? Já temos maturidade suficiente para elegermos listas abertas, com a ordem dos eleitos a ser escolhida pelos eleitores e

não pelos aparelhos dos partidos. Está na hora de melhorarmos a proporcionalidade nesta região, mesmo que isto custe o carmo e a trindade para algumas ilhas habituadas a privilégios de representação sem corres-

pondência com a sua dimensão. Mais: já é tempo de abrirmos à sociedade a possibilidade de candidaturas de cidadãos independentes, quebrando este monopólio abafador dos partidos.

Como disse, em tempos, o constitucionalista Jorge Miranda, em Ponta Delgada, a existência de candidatos a actos eleitorais por grupos de cidadãos seria, até, uma forma de "elevar os partidos, de aumentar a qualidade dos seus candidatos, a sua responsabilidade, em vez de porem, às vezes, cinzentões que não têm nenhuma qualidade e capacidade de serem deputados da região ou do país".

Sabemos que é uma questão delicada, mas ela não pode ser empurrada permanentemente para outras calendas, nem ficar fechada, por compromissos e cedências internas, entre as pa-

A realidade é esta: a Assembleia da República já teve 250 deputados, reduziu para 230 e já estipulou que poderá vir até aos 180.

A Madeira já teve 68 e, à semelhança de outros parlamentos insulares, também reduziu.

Nós, nos Açores, somos uns iluminados e podres de ricos: somos os únicos que não só não reduzimos, como até aumentámos!

O nosso sistema eleitoral está desactualizado, desproporcional e não tem nada a ver com os tempos de hoje."

Manter o sistema que temos hoje é promover a descrença, não surpreendendo que mais de metade da população fique em casa.

Se os partidos não souberem travar este combate contra a descrença instalada nos cidadãos, vamo-nos afundar ainda mais.

Basta olhar para o que está a acontecer noutras paragens, por motivos semelhantes.

O que vai acontecer na América, com o possível regresso aterrador do bronco do Trump, ou nos países europeus, com a ascensão da extrema-direita nas próximas eleições para o Parlamento Europeu, é só a confirmação de que o mundo vai ficar, ainda, mais perigoso.

Tenham medo do que aí vem.